

# Para o futuro e para o fim que não termina: horizontes do Belo Monte de Antonio Conselheiro

## *For the future and the endless end: Horizons of Antonio Conselheiro's Belo Monte*

Pedro Lima VASCONCELLOS<sup>1</sup>

### Resumo

O artigo discute as atribuições de “milenarista” e “messiânico” dadas, desde Euclides da Cunha, passando por boa parte da tradição acadêmica do século XX, ao vilarejo edificado sob a liderança do líder sertanejo Antonio Conselheiro (1893-1897). E, por meio da avaliação de fontes pouco conhecidas e mesmo ignoradas, propõe uma compreensão distinta dos valores, princípios e expectativas que animavam os habitantes de Belo Monte: tratava-se da terra prometida, semelhante à dos antigos hebreus; pela solidariedade experimentada no cotidiano, em obediência aos dez mandamentos, abrir-se-iam as portas do céu a quem buscasse a salvação; esta era a promessa do Conselheiro a sua gente.

**Palavras-chave:** Antonio Conselheiro. Belo Monte. Milenarismo. Salvação. Terra prometida.

### Abstract

*This article addresses the concept of “millenarianism” and “messianism”, since Euclides da Cunha, discussing most of the academic tradition in the XX century, to the village built under the outback leadership of Antonio Conselheiro (1893-1897). By analyzing unknown and completely disregarded sources of research, the aim of the present article is to propose a different understanding of the values, principles and expectations that used to comfort the residents of Belo Monte: they thought to have reached the promised land, similar to the ancient Hebrew's one, as they experienced solidarity in the daily life and if they lived in accordance with The Ten Commandments, then the gates of Heaven would be opened to those who pursued salvation; this was Conselheiro's promise to his people.*

**Keywords:** Antonio Conselheiro. Belo Monte. Millenarianism. Salvation. Promised land.

<sup>1</sup> Universidade Federal de Alagoas, Programa de Pós-Graduação em História. R. Sonho Verde, s./n., Sonho Verde, 57606-100, Palmeira dos Índios, AL, Brasil. E-mail: <plvascon@uol.com.br>.

Recebido em 31/3/2015 e aprovado para publicação em 22/6/2015.

## Introdução

Abordar os eventos que ocorreram às margens do rio Vaza-barris, sertão baiano, em meados da última década do século XIX vem sendo uma empreitada instigante, empolgante e difícil. O arraial restaurado e organizado em 1893 com o nome de Belo Monte<sup>2</sup> por Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido como Antônio Conselheiro, para o qual acorreram milhares de pessoas nos anos seguintes, continua a desafiar quem pretenda dar-lhe uma interpretação cabal. As razões de este arraial ter crescido vertiginosamente e a tenaz pertinência demonstrada por seus guerreiros quando dos confrontos com as forças repressoras que haveriam de levar a cidadela à ruína total, em outubro de 1897, estes são alguns dados que chamam a atenção.

A complexidade do que lá ocorreu fez com que não tenham sido poucas as propostas de interpretá-la. A categorias pré-definidas e ao mesmo tempo imprecisas, como messianismo, sebastianismo e milenarismo se tem recorrido, já desde Euclides da Cunha<sup>3</sup>. E a influência avassaladora que este livro exerceu na cultura brasileira do século XX fez dele praticamente a única voz autorizada a respeito do arraial liderado por Antônio Conselheiro.

No entanto, a utilização apressada destes conceitos, às vezes tidos como distintos, na maior parte dos casos identificados ou associados, em relação ao arraial conselheirista acabou por comprometer a compreensão da sua dinâmica cotidiana, bem como de suas compreensões e vivências religiosas. Pretende-se então levantar algumas questões a estas visões convencionais, bem como sugerir elementos para uma recolocação do problema. Esta exposição se dividirá em dois momentos principais: num primeiro será apresentada a visão que desde Euclides da Cunha se firmou como a dominante sobre as convicções religiosas de Antônio Conselheiro e sua gente, acentuando particularmente a perspectiva milenarista, não sem ir indicando o que a meu ver constituem problemas dela oriundos. Num segundo momento sugerirei uma perspectiva distinta na abordagem de Belo Monte e sua religiosidade, privilegiando aquelas indicações de expectativas e imagens que acabam por sugerir novas possibilidades de compreensão da visão religiosa do líder de Belo Monte, distante dos estereótipos estabelecidos e convencionais. Expressões recolhidas das memórias da gente belomontense, testemunha de como experimentava a vida no arraial, serão de grande valia para estes propósitos<sup>4</sup>.

## Belo Monte a um passo do paraíso

### À espera do milênio: leituras de Belo Monte a partir de *Os sertões*

Seria possível falar do Belo Monte de Antônio Conselheiro sem destacar suas expectativas de um futuro absolutamente novo, a partir do fim deste mundo? Ou compreender o arraial

<sup>2</sup> Foi com esse nome que Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido como Antônio Conselheiro, batizou o arraial até então chamado Canudos, ao nele se instalar com seu séquito, em junho de 1893. O nome Canudos era principalmente utilizado pelos detratores e inimigos do que o arraial representava. Sobre a importância hermenêutica desta distinção leia-se Guerra (2000), *Universos em confronto: Canudos x Bello Monte*.

<sup>3</sup> Foi a serviço de um jornal de São Paulo que Euclides da Cunha cobriu os momentos finais da guerra empreendida pelo exército brasileiro contra o arraial conselheirista, que caiu em 5 de outubro de 1897, com a morte de seus últimos combatentes. As anotações aí feitas e as reportagens enviadas ao jornal estão na base de seu *Os sertões*, publicado em 1902, que se tornou o grande divulgador do ocorrido e o forjador maior da interpretação sobre o que lá se dera.

<sup>4</sup> Apresenta-se aqui, de forma sumária, argumentação desenvolvida com mais detalhamento em minha tese de doutorado (VASCONCELLOS, 2004), publicada em forma resumida (VASCONCELLOS, 2010).

reconstruído em 1893 e impiedosamente massacrado pelas tropas militares republicanas quatro anos mais tarde sem recordar o famoso “o sertão vai virar mar, e o mar vai virar sertão”, que resumiria as proclamações apocalípticas do Conselheiro?<sup>5</sup> Afinal de contas, Euclides da Cunha estava convencido do caráter apocalíptico e milenarista da mentalidade belomontense, alimentada pela proximidade do ano de 1900, e isso se devia principalmente a algumas anotações que diz ter encontrado entre tantos destroços da guerra. Não tinha dúvida de que os sertanejos liderados por Antônio Conselheiro estavam confiantes, esperando ansiosamente a irrupção do reino de Deus, que deveria se manifestar muito em breve trazendo a instauração miraculosa de uma nova era em que se veriam livres das agruras presentes. A documentação de que Euclides se serviu é bastante escassa, embora significativa. Alguns poemas e profecias que encontrou, “escritos em grande número de pequenos cadernos encontrados em Canudos” (CUNHA, 1985, p.222), e por ele logo atribuídos ao Conselheiro seriam testemunho inequívoco. Vale a pena transcrever algo deles retirados de sua *Caderneta de Campo*. O primeiro é a famosa “Profecia”, em que se anunciam acontecimentos para os anos que antecedem a virada do século, ou melhor, a virada dos tempos:

A Profecia de Jerusalém marca. Quantos homens foram falsos à Coroa em 1822 se enganaram os que ficaram enganados. Em 1830 se disinganaram quando correram as estrelas do Céu. Em 1854 uma grande cólera haverá que na medicina não haverá médico que saiba tratar. Em 1862 pedra e fuzil no [ilegível] e causas mil - o sangue há de correr até o salto da botina. Em 1867 que foi os primeiros sinais desta idade. Para 1868 muitas linhas de ferro haverá quando correrá uma milha de fogo por cima daquelas, que há de ser a desgraça do País Brasileiro. Em 1878 há de haver um só homem religioso fazendo sermão pelas portas. Em 1880 faltará o fervor nos homens que só hão de conhecer o dinheiro e nem esse mesmo haverá - Em 1888 grande revolução haverá, de maio 3 nem antes nem depois. Em 1889 a persiguição será maior, caminhar longas estradas, [ilegível] topará com muitos rebanhos de povos caindo um por cima dos outros; se não a peles e o cadáver, que não encontrará um só cavaleiro, a era será tal de uma primavera entropicada de peste, morte, fome e carestia; muito pasto e pouco rasto. No certão haverá muito vaqueiro que entregará os ferros a seus amos. Em 1889 será despedido o Imperador da Corte pelos homens desgraçados do Brasil. Em 1891 guerra; Nação contra Nação. Em 1892 grande multidão de pecadores, uns convertidos e outros emendados que não se conhecerá nem rico nem pobre. Em 1893, prata, ouro, cobre não haverá, correrá uns bilhetes vermelho feitos por mão dos homens, arrebrandando da Tesouraria. Em 1894 há de vir rebanhos mil correndo do centro da Praia para o certão então o certão virará praia e a praia virará certão. Em 1895 os homens dos seus barcões abrirão as portas e assentar-se-ão em cima de seus barcões e não há de vender cinco réis de fazenda. Em 1896 há de haver guerra Nação com a mesma Nação, o sangue há de correr na terra. Em 1897 haverá muito pasto e pouco rasto e um só pastor e um só rebanho. Em 1898 haverá m<sup>6</sup> chapéus e poucas cabeças. Em 1899 converter-se as águas em sangue o planeta há de aparecer no nascente com o raio do Sol q o ramo se confrontará com a terra e a terra em algum lugar se confrontará com o Céu, ajuntará-se astronâmos da terra se ajuntará com os mares; planetas do Céu há de brigarem com os astronâmos da terra. Há de chover uma grande chuva de estrelas; cairá muitos meteoros na terra que daí será o fim do mundo. Em 1901 se apagarão as luses. Deus disse no Evangelho – eu tenho um rebanho que amo fora deste aprisco e é preciso que se reúnam, porq. há um só Pastor em um só rebanho. Diz o Profeta Jeremias para 1901 existe um só pastor geral e um só rebanho. Fim. Neste Arraial de Belo Monte aos 24 de Janeiro de 1890<sup>7</sup> (CUNHA, 1975, p.74).

Os problemas que este texto levanta são expressivos e logo retornarei a alguns deles. Por ora, constatemos apenas o caráter claramente vaticinador de seu conteúdo e uma fixação para muito breve do fim do mundo. O reinado (milenar?) é apresentado laconicamente, com uma expressão rápida retirada do evangelho segundo João (Jo 10:16): um pastor e um rebanho.

<sup>5</sup> Veremos logo que a expressão não tinha exatamente esta formulação que a imortalizou.

<sup>6</sup> Na citação feita em *Os sertões*, aí se lê “muitos” (CUNHA, 1985, p.223).

<sup>7</sup> Mantive o texto com a grafia reproduzida por Euclides. Perceba-se também que há significativas diferenças entre o que se acabou de ler e o fragmento registrado em *Os sertões* (CUNHA, 1985, p.223).

Superação dos conflitos, vitória dos eleitos, paz definitiva, Deus com seu povo, eis o que a profecia anuncia, e para breve.

Outros testemunhos apontam para aspectos mais específicos, e que reforçariam o caráter milenarista do arraial:

Nassio o Antecristo  
p.a o mundo governar  
ahi estar o concelheiro  
p.a dele nos livrar<sup>8</sup> (CUNHA, 1975, p.58).

Estamos diante de umas das expressões mais claras de oposição à república, sobretudo quando se lê a estrofe que a antecede:

Muito desgraçados eles  
de fazerem alei-ção  
abatendo alei de Deus  
suspendendo alei do Cão (CUNHA, 1975, p.58).

Supondo-se que o Anticristo estaria sendo esperado, segundo as convicções em voga então, para o fim dos tempos, sinal claro de que a atual era de dor e injustiça, embora momentaneamente agravada, estava por terminar<sup>9</sup>, sua identificação na república recém-proclamada seria mais um indicativo de que o fim estava próximo, ao mesmo tempo que explicitaria a função escatológica desempenhada pelo Conselheiro e seu séquito.

Poderia alongar-me em outras citações recolhidas por Euclides sobre o que a gente de Belo Monte diria a respeito da conjuntura vivida e suas expectativas. Mas passo a considerar outra faceta: o perfil de Antonio Conselheiro. Levando em conta o quadro acima desenhado se pode entender a inusitada vinculação estabelecida por Euclides entre o líder de Belo Monte e uma figura dos inícios do cristianismo, mais precisamente do final do século II, Montano da Frígia. Nos dizeres de Renan, estudioso das origens cristãs, lido por Euclides,

Montano, como todos os profetas da nova aliança, transbordava de maldições contra o século e contra o império romano. [...] O assunto único das profecias frígias era o julgamento próximo de Deus, a punição dos perseguidores, a destruição do mundo profano, o reino de mil anos e suas delícias (RENAN, 1929, p.215).

Antônio Conselheiro, por supostamente apostar num futuro semelhante, poderia ser apresentado com as mesmas e genéricas expressões:

O profetismo tinha, como se vê, na sua boca [do Conselheiro], o mesmo tom que despontou na Frígia, avançando para o Ocidente. Anunciava, idêntico, o juízo de Deus, a desgraça dos poderosos, o esmagamento do mundo profano, o reino de mil anos e suas delícias (CUNHA, 1985, p.223).

Daí o tom categórico sobre o líder dos sertões: “um heresiarca do século II em plena idade moderna” (CUNHA, 1985, p.140). E com isso se evidencia a compreensão euclidiana sobre as motivações e justificativas daquela “*civitas sinistra do erro*” (CUNHA, 1985, p.232). Antônio Conselheiro, extravagante anunciador do fim próximo do mundo, milhares de sertanejos

<sup>8</sup> De novo Os *sertões* trazem outra versão: “O Anti-Christo nasceu / Para o Brazil governar / Mas ahi está o *Conselheiro* / Para delles nos livrar” (CUNHA, 1985, p.250).

<sup>9</sup> Nos textos apocalípticos lidos na Bíblia judaico-cristã, e em especial no Apocalipse de João, o tempo que antecede imediatamente o fim e o surgimento da nova era de paz e felicidade aos eleitos é precedido do agravamento das tensões, sofrimentos e hostilidades por que estes passam. A comunidade milenarista divisa nesta conjuntura os sinais do fim iminente.

da mesma forma fanáticos, cegos a escutarem e acolherem presságios ao mesmo tempo terríveis e alvissareiros.

A percepção euclidiana a respeito do arraial belomontense e das convicções de seus rudes habitantes fez história (CHAUÍ, 2000)<sup>10</sup>. Ancorada numa visão que notava sinais de expectativas semelhantes por todo o Nordeste (CUNHA, 1985)<sup>11</sup>, não foi difícil reduzir as expectativas da gente de Antônio Conselheiro a este referencial, às vezes explicitado em forma de sebastianismo ou messianismo<sup>12</sup>. Queiroz (1977), em seu fundamental *O messianismo no Brasil e no mundo* fazendo a importante ressalva de que os movimentos messiânicos e milenaristas surgem não do fanatismo, mas das condições vividas em sociedades tradicionais em confronto com tendências desenvolvimentistas (portanto não numa perspectiva marxista de antagonismos de classes), pode inserir a comunidade de Belo Monte num contexto semelhante:

A proclamação da República fê-lo [o Conselheiro] endurecer nesta fase; opondo-se-lhe abertamente, encarando-a como o prenúncio do fim do mundo [...] enveredando um dia sertão afora seguido dos fiéis, procurando no deserto dos chapadões desolados pela seca um local propício para instalar a Nova Jerusalém, onde os privilegiados pudessem esperar tranquilos o anunciado Juízo Final, furtando-se ao republicano governo do Anticristo (QUEIROZ, 1977, p.226).

Mais recentemente, um grande esforço por apresentar Belo Monte em chave milenarista é encontrado na obra do brasileiro estadunidense Levine (1995) *O sertão prometido: o massacre de Canudos*. De acordo com sua avaliação, o arraial era para o Conselheiro e seu séquito “‘um vale de lágrimas’ terreno, uma passagem transitória à espera do juízo final e do fim do mundo” (LEVINE, 1995, p.104). Será preciso retornar a esta obra, pois ironicamente ela acaba por fornecer alguns elementos importantes para o questionamento de sua própria premissa fundamental<sup>13</sup>.

## A antessala do Reino

Antes de prosseguir, cabe explicitar a compreensão de milenarismo que embasa este ensaio. Cabe adotar uma concepção bastante estrita a seu respeito, para que confusões (muito

<sup>10</sup> Marilena Chauí se referia ao movimento conselheirista para exemplificar o milenarismo que, no seu entender, é um traço fundamental para se compreender o Brasil (CHAUÍ, 2000, p.4).

<sup>11</sup> O caso ocorrido em 1850 nos sertões do Cariri é o último com que Euclides prepara o cenário para a aparição de Antônio Conselheiro (CUNHA, 1985, p.204).

<sup>12</sup> A citação seguinte resume o olhar de Euclides: “Extinto em Portugal, ele [o sebastianismo] persiste todo, hoje, de modo singularmente impressionador, nos sertões do Norte” (CUNHA, 1985, p.200). Para uma abordagem dos problemas envolvidos no uso do conceito “messianismo” para movimentos como o de Belo Monte leia-se (VASCONCELLOS, 2014a).

<sup>13</sup> Apenas destaco que Levine externa os mesmos preconceitos, em relação ao suposto milenarismo presente no Belo Monte, que a rigor já se encontra em *Os sertões*. Duas passagens do texto são particularmente esclarecedoras; vamos à primeira: “[...] deve ter ocorrido, entre os anos de 1895 e 1896 [entre, portanto, uma missão capuchinha enviada pelo arcebispado da Bahia a pedido do governador do Estado e o início da guerra], uma mudança na concepção de mundo do Conselheiro. Ou ele se tornou mais arrogante, convencido da invencibilidade de sua cidade, ou passou a acreditar que toda aquela conjuntura milenarista era irreversível e que um conflito armado só iria acelerar o advento do Dia do Juízo. Se estivesse mais preocupado com os assuntos do cotidiano do que consumido pela dimensão espiritual [...]” (LEVINE, 1995, p.336). E agora a segunda: “[...] sob a tensão do conflito ele [o Conselheiro] teria prometido até mesmo o Segundo Advento no ano de 1900” (LEVINE, 1995, p.322). Em nenhum dos dois casos o autor menciona donde tirou as referências ou conseguiu as informações, certamente graves, que comunica. A segunda, provavelmente, ele a retirou do próprio Euclides, sem uma análise mais detida quanto ao valor dos testemunhos que recolheu, alguns deles já mencionados aqui. No entanto, o que importa é destacar o contexto em que Levine insere as pretensas certezas milenaristas do Conselheiro. Na primeira citação fica claro o vínculo, estabelecido pelo estudioso americano, entre milenarismo e fanatismo, associados com desatenção quanto ao cotidiano da vida. A derrocada da cidadela teria sido fruto, no fim das contas, da obstinação do líder aliada ao seu descuido com as questões imediatas que, se tivessem recebido um tratamento mais pragmático, poderiam impedir o desenlace mais dramático que efetivamente veio a ocorrer. Na segunda, o anúncio do milênio teria tido como matrizes o desespero e a irresponsabilidade de um líder que teme perder o controle sobre seu séquito e receia pelo fim de sua obra.

comuns!) sejam evitadas. Podem-se assumir aqui os dizeres de Levine: por milenarismo se entende a “busca de uma salvação total, iminente, derradeira, terrena e coletiva [...] uma mudança radical e maciça de acordo com um plano divino predeterminado” (LEVINE, 1995, p.29). Evidencia-se então que tal salvação não se dá sem uma transformação do cosmos e sua recriação, em que este se veria alçado a uma condição que superaria os dramas vividos no presente, e isto por obra do sobrenatural. O termo “milenarismo” vem de uma passagem do livro do Apocalipse, que inspirou tantos segmentos cristãos, em que se fala do reinado que os eleitos, aqueles que se mantêm fiéis a Cristo, terão com ele depois da destruição do mal e seus agentes, reinado esse marcado para durar mil anos (VASCONCELLOS, 1999).

Tal expectativa por um tempo novo que está às portas, indicando a superação das necessidades e aflições de quem se preparar para ele, modifica a postura diante do presente instável e pesado. Fundamental, portanto, é aguardar o advento desta nova era, que, reconhecida como parte integrante de um plano divino previamente estabelecido e de cuja revelação e conhecimento vivem os milenaristas, representará a salvação deles, bem como a destruição dos pecadores, ou seja, daqueles responsáveis pelo atual estado de coisas (LANTERNARI, 1994). Delumeau (1997, p.17) definiu o milenarismo da seguinte maneira: “espera de um reino deste mundo, reino que seria uma espécie de paraíso terrestre reencontrado”. Especificamente no âmbito da tradição cristã, “a crença num reino terrestre vindouro de Cristo e de seus eleitos - reino este que deve durar mil anos, entendidos seja literalmente, seja simbolicamente” (p.18).

Obviamente as concepções milenaristas carregam, mais ou menos intensamente, a dimensão do conflito e do antagonismo frente à realidade presente, como assinala Cohn (1996, p.196):

“[...] agora mesmo o mundo estava se aproximando, por meio de incessantes conflitos, de um estado sem nenhum conflito. Chegaria um momento em que, em uma prodigiosa batalha final, o deus supremo e seus aliados derrotariam as forças do caos e seus aliados humanos, aniquilando-os de uma vez por todas. A partir de então, a ordem divinamente estabelecida estaria presente de maneira absoluta; as necessidades e as misérias físicas seriam desconhecidas [...] a ordem do mundo jamais voltaria a ser perturbada ou ameaçada”.

A ser entendido desta forma, Belo Monte seria uma comunidade de pessoas ansiando pela vinda do milênio, de uma nova era. O que ali se vivia era apenas prefiguração do que estava para se dar, do qual apenas eles seriam os beneficiados. Daí a separação do mundo, a recusa em observar as leis estabelecidas, a revolta contra a República, que segundo tantos haveria marcado o cotidiano do arraial liderado por Antônio Conselheiro.

A questão que se coloca é se o volume de conhecimentos que se adquiriu sobre a vida da gente de Belo Monte e sobre a experiência religiosa aí vivida permite continuar afirmando que o arraial “havia sido concebido por Antônio Conselheiro, e efetivamente experimentado pelos seus seguidores, como o ‘peristilo do céu’, ou como a prefiguração de um Reino Milenarista” (MONTEIRO, 1990, p.64). Vários indícios nos permitem perceber fissuras nesta construção aparentemente sólida e certa. Vejamos.

## Belo Monte e o milenarismo: problemas

Na verdade, é a leitura atenta do próprio livro de Levine, a obra mais recente a interpretar Belo Monte como uma comunidade fundamentalmente milenarista, que mostra as dificuldades praticamente insolúveis para a manutenção deste referencial teórico. O autor parece dar-se conta de que o milenarismo do Conselheiro e seu séquito é mitigado ou quase



inexistente, tamanhas e tantas são as ressalvas que é obrigado a fazer. Além disso, termina por fazer afirmações a respeito do Belo Monte que não se adequam àquilo que se esperaria de um movimento milenarista. Parto aqui de alguns destes recuos e afirmações que Levine se vê instado a realizar, no intuito de evidenciar a necessidade de novas referências para a compreensão de Belo Monte e de seu líder.

1) O primeiro problema é fundamental, e toca no âmago daquilo que se costuma entender por milenarismo. A afirmação de Levine de que o Conselheiro “prometia apenas sacrifício e trabalho árduo juntamente em conformidade com os mandamentos divinos” não tem, em si mesma, nada que indique qualquer traço de milenarismo na proposta do beato. E, aliás, pode se coadunar adequadamente com aquilo que conhecemos da pregação do Conselheiro, se não se insistir demasiadamente no tom penitencial e sacrificial. O problema surge na continuação: “enquanto os fiéis esperavam pela chegada do Milênio, quando viria a redenção, o dia do juízo final” (LEVINE, 1995, p.22). Até onde tal constatação pode caracterizar milenarismo, se, por um lado, a ênfase do Conselheiro se dá no trabalho e na observância dos mandamentos e, por outro, este aguardo da redenção e do juízo final não é peculiaridade milenarista, mas parte da escatologia católica convencional? O interrogatório de Agostinho, 14 anos, prisioneiro das tropas que Euclides da Cunha acompanhava, estranhamente não registrado em seu *Os sertões* (Por que? Por não ser coerente com a imagem milenarista do arraial que estava delineando?) é altamente expressivo:

Terminamos o longo interrogatório inquirindo acerca dos milagres do Conselheiro. Não os conhece, não os viu nunca, nunca ouviu dizer que ele fazia milagres. E ao replicar um dos circunstantes que aquele declarava que o jagunço morto em combate ressuscitaria – negou ainda. – Mas o que promete afinal ele aos que morrem? A resposta foi absolutamente inesperada: – Salvar a alma (CUNHA, 2000, p.110).

Escatologia absolutamente tradicional na sua formulação, não na sua rebelde aplicação. Neste sentido Levine se vê quase obrigado a desdizer o que no início de sua obra apresentara como característica do milenarismo, ou seja, a busca de uma salvação coletiva, quando reconhece que o Conselheiro “pregava a salvação da alma individualmente, e não a salvação de toda a sua comunidade” (LEVINE, 1995, p.319);

2) Levine tem muitas dificuldades para encaixar Belo Monte e o Conselheiro dentro do estereótipo milenarista. Daí suas constantes ressalvas:

a) “se sua [do Conselheiro] visão era messiânica e milenarista, do ponto de vista de sua teologia e do comportamento social que pregava, ele não oferecia nenhum tipo de ameaça” (LEVINE, 1995, p.320).

b) “A maioria de seus [do Conselheiro] sermões não era nem apocalíptica nem taumatúrgica: pedia simplesmente que todos trabalhassem duro e dentro da moral, para que assim obtivessem proteção espiritual contra o mundo secular corrompido” (LEVINE, 1995, p.322).

c) “a cidade era um refúgio organizado em bases teocráticas, mas ligado de forma pragmática ao ambiente circundante, um fato que por si só já demonstra a flexibilidade do Conselheiro e de seus auxiliares” (LEVINE, 1995, p.323). Não vão faltar oportunidades em que destacada é a intransigência dos mesmos!

d) “Antes do cerco a Canudos, seus moradores estavam demasiado entregues à tarefa de construir a comunidade e de seguir os austeros preceitos do Conselheiro para se preocuparem com fantasias de fim de mundo” (LEVINE, 1995, p.325).

e) “Não sabemos até que ponto suas [do Conselheiro] pregações apocalípticas não eram concretas ou eram simplesmente simbólicas. E, mesmo que ele desse tanta ênfase

a visões proféticas como queriam seus inimigos, tais imagens não eram estranhas nem ao cristianismo nem ao sertão” (LEVINE, 1995, p.329).

f) “Em Canudos, simplesmente desconhecemos qual a importância dada pelo Conselheiro à iminência do Apocalipse” (LEVINE, 1995, p.330).

Esta última formulação sintetiza as dificuldades do autor, e fala por si só;

3) Levine tem como um dos pontos importantes de sua argumentação em prol de um Belo Monte milenarista o fato de que milhares de pessoas abandonaram suas casas e pertences para se reunir em volta e no séquito do Conselheiro, passando a habitar a vila por ele organizada. Nas suas palavras, “Muitos movimentos implicavam o deslocamento para um lugar [...] onde os crentes pudessem aguardar o advento iminente do milênio” (LEVINE, 1995, p.327).

Isto é o que, no seu entender, aconteceu em Belo Monte<sup>14</sup>. No entanto, “abandonar voluntariamente suas casas” (LEVINE, 1995, p.324) tem necessariamente motivações de cunho milenarista, o advento de um novo século, a implantação dos novos céus e da nova terra, para ficarmos com expressões bíblicas, ou pode haver alguma outra motivação? Em uma palavra: a nova Jerusalém pode ser uma realidade aguardada ou de alguma forma a Jerusalém já é o lugar onde se vai viver agora que as casas foram abandonadas? A experiência vivida seria vista como antessala de algo além da redenção espiritual de cada um que vive de acordo com os mandamentos divinos, o que o arraial possibilita e incentiva? Neste sentido, ganham enorme relevância as imagens bíblicas recuperadas na tradição dos sertanejos belomontenses, porque apontam para direção distinta da costumeiramente suposta, o que vale considerar com atenção. Elas sugerem referenciais e modelos distintos a sustentar a organização social e a compreensão religiosa da gente de Belo Monte.

Mas cabe levantar outras questões a respeito da problemática milenarista em Belo Monte. Uma delas diz respeito ao inexplicável descarte que Levine faz das prédicas editadas por Ataliba Nogueira, presentes num caderno de anotações subscrito por Antônio Conselheiro, datado do ano da guerra, com o enigmático título *Tempestades que se levantam no coração de Maria por ocasião do mistério da anunciação* (NOGUEIRA, 1997)<sup>15</sup>. Todos os estudiosos que dão alguma atenção, ou a merecida, às prédicas do Conselheiro tendem a minimizar o fator messiânico ou milenarista que existiria em Belo Monte, mesmo quando divergem na interpretação que propõem para os textos (FIORIN, 1978; MONIZ, 1987; MONTEIRO, 1990; OTTEN, 1990; HOORNAERT, 1997). As prédicas não apontam para alguma expectativa apocalíptica ou milenarista. O mesmo se nota na leitura de outro manuscrito, ainda inédito, que leva o nome do Conselheiro e a data de maio de 1895. Será preciso voltar ao conteúdo destes cadernos, focado no tema fundamental da salvação, mais adiante.

Acrescente-se a isso uma observação intrigante: o relatório de frei João Evangelista de Monte Marciano, a respeito de missão pregada em Belo Monte nesta mesma época, esforçada em dissolver o arraial e, na impossibilidade de efetivar este fim, anatematizá-lo para conseguir sua destruição, não faz qualquer menção a um suposto milenarismo aí encontrado. Cioso em perceber no arraial e nas posturas de seu líder qualquer deslize de ordem doutrinal que viesse a justificar a condenação anteriormente decidida, o frei não

<sup>14</sup> E, mais uma vez, Levine não está sozinho. Recordemos a afirmação de Maria Isaura Pereira de Queiroz, já citada: Antônio Conselheiro, ao procurar se instalar em Belo Monte, estaria “enveredando um dia sertão afora seguido dos fiéis, procurando no deserto dos chapadões desolados pela seca um local propício para instalar a Nova Jerusalém, onde os privilegiados pudessem esperar tranquilos o anunciado Juízo Final” (QUEIROZ, 1977, p.226).

<sup>15</sup> Neste livro, publicado pela primeira vez em 1974, Ataliba Nogueira edita um dos cadernos de Antônio Conselheiro, contendo algumas de suas prédicas e tecendo considerações a respeito delas, de seu autor e do movimento que liderou.



descobre nada, a não ser o que considerou desprezo pela autoridade eclesiástica e uma excessiva devoção aos santos<sup>16</sup>.

Este conjunto de elementos nos força a rever o referencial milenarista com que Belo Monte tem sido avaliado (muitas vezes em uma associação apressada com a perspectiva pouco esclarecedora que o conceito “messianismo” sugeriria) e que, mesmo encontrando tantos adeptos entre os estudiosos, tem como fonte praticamente única a versão euclidiana, que acabou por manter o que lá ocorrera numa “gaiola de ouro”, como costumava dizer José Calasans. Na verdade, os testemunhos a que Euclides alude, os textos que apresenta como recolhidos no arraial, se manifestam bastante frágeis para fundamentar sua hipótese. Em primeiro lugar porque o teor deles diverge consideravelmente em *Os sertões* (CUNHA, 1985) e em *Caderneta de campo* (CUNHA, 1975), sendo que este último parece mais confiável como documento a registrar expressões populares da região<sup>17</sup>. Junte-se a isso o fato, por exemplo, de em *Os sertões* apenas parte da “Profecia” ter sido transcrita, aquela que diz respeito aos anos 1896 e seguintes, ficando de fora todo o restante, o que, além de fazer perder a visão de conjunto, comprometendo sua compreensão, leva a que se desconheçam dados intrigantes, entre eles o fato de que o texto não deve ter sido elaborado em Belo Monte, pois aparece datado de 1890!<sup>18</sup>. Além disso, seu conteúdo faz menções a anos anteriores ao surgimento de Belo Monte, e inclusive recua até o início do século, ao ano da independência!<sup>19</sup>. Euclides parece se basear em documentos que mostram muito mais uma perspectiva escatológica diluída no sertão do que uma característica peculiar do movimento liderado por Antonio Conselheiro ou dele próprio. Assim, estes textos, se por um lado não devem ser considerados simplesmente apócrifos, portanto destituídos de importância, também não dão conta de fornecerem as bases espirituais e de valores que orientavam a vida da gente de Belo Monte<sup>20</sup>. Mas não se escapa da sensação de que os testemunhos recolhidos por Euclides são assumidos muito mais como exemplos que ilustram uma certeza de antemão estabelecida, pela qual o Conselheiro é equiparado a um longínquo herege e seus seguidores não o teriam acompanhado em tal insanidade se tivessem sido educados e beneficiados pelas conquistas da civilização. Sua hermenêutica do ocorrido não o fez superar a compreensão manifesta ainda nos dias da guerra: “incompreensível e bárbaro inimigo” (CUNHA, 2000, p.199).

Uma última observação antes de prosseguir. Se se pode afirmar que uma perspectiva de cunho apocalíptica ou milenarista não era ausente do universo religioso em que se movia o Conselheiro<sup>21</sup> bem como a gente de Belo Monte, deve-se também notar que os registros dela não cessam com a fixação em Belo Monte e seu desenvolvimento. José Aras menciona uma prédica do Conselheiro, feita alguns dias antes do estabelecimento em Belo Monte, e

<sup>16</sup> Relatório apresentado, em 1895, pelo reverendo Frei João Evangelista de Monte Marciano, ao Arcebispado da Bahia, sobre Antonio Conselheiro e seu séquito no arraial dos Canudos. Tipografia do Correio da Bahia, Salvador, 1895 (edição em fac-símile pelo Centro de Estudos Baianos, 1987). Para uma discussão sobre a missão capuchinha no Belo Monte e o relatório que a registra pode-se ler Vasconcellos (2014b).

<sup>17</sup> Note-se, por exemplo, que, segundo a versão da “Profecia” registrada em *Caderneta do campo* (Cunha, 1975, p.74), o célebre anúncio “o certão virará Praia e a Praia virará certão” é feito para se dar em 1894, enquanto em *Os sertões* essa transformação fantástica aparece vaticinada para 1896 (CUNHA, 1985, p.207)!

<sup>18</sup> A não ser que se deva ver na data do texto um engano e sugerir outra, o que propõe Otten (p.294, nota 394), o que não resolve o problema maior, o do sentido deste texto no interior de Belo Monte.

<sup>19</sup> Leia-se o texto integral transcrito em Cunha (1975, p.74). Robert Levine, contudo, não presta atenção a tais detalhes, e, aparentemente, toma esta “Profecia” como expressão fundamental da mentalidade belomontense, transferindo inclusive esta perspectiva para a Escritura judaico-cristã: “Existem, na Bíblia, profecias que estabelecem sofrimentos para cada ano anterior à chegada do milênio” (LEVINE, 1995, p.284). Donde o autor conseguiu resultado exegético tão expressivo?

<sup>20</sup> Neste aspecto é preciso distanciar-se frontalmente da avaliação de Marco Antonio Villa (1995), que simplesmente descarta como apócrifos os textos recolhidos por Euclides. O fato de não deverem ser atribuídos ao Conselheiro não os isenta da existência, e da necessidade de serem avaliados. Para uma rápida exposição da apocalíptica popular sertaneja e como se faria presente no Belo Monte, veja-se Alexandre Otten (1990, p.287).

<sup>21</sup> José Aras menciona alguns destes textos, que lhe teriam sido transmitidos por gente que esteve em contato com o Conselheiro ou o ouviu (*Sangue de irmãos*. s/e, s/l, s/d, p.50-51). Veja as observações a propósito disso em Dobroruka (1997, p.71).

após o conflito armado em Masseté<sup>22</sup>. Exigindo do velho padre Vicente Sabino dos Santos o púlpito, o pregador fala tanto da volta de D. Sebastião como da batalha final que, a seu ver, estaria para acontecer em Belo Monte:

Meus irmãos, o Anti-Cristo é chegado... O ataque de Maceté (sic) constituiu uma prova para nós. O meu povo é valente. O satanás trouxe a república, porém em nosso socorro vem o Infante rei D. Sebastião. Virá depois o bom Jesus separar o joio do trigo, as cabras das ovelhas [...] Belos Montes será o campo de Jesus [...] (ARAS, 1953, p.25).

No entanto, a própria trajetória do arraial, não importunado efetivamente até o início da guerra, com o único incidente protagonizado pelos freis que vieram tentar a sua dissolução e logo foram dispensados, terá feito com que estas expectativas de cunho ao mesmo tempo imediato e escatológico tenham sido desfeitas ou pelo menos colocadas em segundo plano. Havia uma tarefa muito mais urgente: tornar viável a existência e sobrevivência de um arraial que a cada dia recebia dezenas de pessoas, um “aluvião de famílias”, desejosas de tudo “vender, apurar algum dinheiro e ir repartir com o Santo Conselheiro”<sup>23</sup>, ouvir suas palavras a aprender com ele o caminho da salvação.

## Uma terra de promessa

“O povo dizia que em Belo Monte ‘havia descido o céu’”, é a sensação que se tem diante de vários testemunhos recolhidos na região onde se situava o arraial, de gente que sobreviveu a sua destruição, de seus conhecidos ou descendentes (FERREIRA, 1997, p.25). As esperas quanto ao futuro não ofuscavam a relevância da experiência de vida que a vila possibilitou a seus habitantes.

## Administrando a escassez

A percepção de Belo Monte não como um experimento que não servia de mera passagem, mas como um arraial que, pensado com fins muito imediatos e concretos, imergia em um horizonte escatológico muito particular, leva necessariamente às perguntas sobre como foi possível a sobrevivência de milhares de pessoas em lugar tão inóspito e carente. Sobre isso, apenas duas observações, já que não se trata do enfoque principal deste ensaio. Em primeiro lugar, Belo Monte representou uma alternativa, em termos de sobrevivência, à estrutura latifundiária existente na região e à submissão aos coronéis e fazendeiros “Assim foi escasseando o trabalho agrícola e é atualmente com suma dificuldade que uma ou outra propriedade funciona, embora sem a precisa regularidade” (ARRUDA, 1993, p.175).

<sup>22</sup> Trata-se de um choque entre a gente do Conselheiro e soldados da polícia, enviados em reação à recusa em pagar tributos extorsivos que estavam sendo impostos pelos municípios da região, recusa que partiu principalmente de pessoas ligadas ao Conselheiro ou que ouviam suas prédicas (veja o relato de Benício (1997, p.86). Dias depois do incidente, em que morreram pessoas dos dois lados, o Conselheiro decide deixar a vida nômade, e se estabelece à beira do rio Vaza-barris, reorganizando, com sua gente, o arraial agora chamado Belo Monte. Sobre o incidente de Masseté e sua importância (OTTEN, 1990, p.165).

<sup>23</sup> Expressões do Barão de Jeremoabo, latifundiário e político regional, em artigo publicado em jornal, em março de 1897, transcrito por Arruda (1993, p.177).

A produção agrícola à beira do rio, a criação de gado e o resultado das demais atividades econômicas não chegaram a romper a fronteira da escassez e da penúria, nem por isso deixaram de representar para aquela população novas possibilidades de vida, que se expressava, entre outras coisas, no significativo comércio que Belo Monte estabeleceu com diversas aldeias da região a ponto de atrair pessoas com algumas posses a mais, como Antônio Vilanova (MACEDO, 1983; CALASANS, 1986; BENÍCIO, 1997). Acresça-se a isso que as doações das pessoas vindas para Belo Monte reforçavam um caixa comum feito do excedente da produção e de parte dos salários de pessoas que eventualmente trabalhavam em fazendas vizinhas, com que eram atendidas as necessidades da gente mais carente.

Daí que não se deva estranhar a presença de imagens e expressões, na boca da gente belomontense, que não destaca tanto a provisoriedade do arraial, mas principalmente afirma o sentido de se viver ali e depois lamenta seu desaparecimento como o fim de uma fase de bem-estar. Sirva de exemplo o emocionante depoimento de um velho sobrevivente da guerra: Manoel Ciríaco, entrevistado em 1947. Já com seus oitenta anos, tem do arraial memórias quase edênicas:

No tempo do Conselheiro, não gosto nem de falar para não passar por mentiroso, havia de tudo, por estes arredores. Dava de tudo e até cana de açúcar de se descascar com a unha, nascia bonita por este lado. Legumes em abundancia e chuvas à vontade [...]. Esse tempo, parece mentira [...] (TAVARES, 1993, p.48).

Este olhar para o passado como a um tempo bom lamentavelmente perdido é constante nos relatos míticos; expressivo aqui é que seja o Belo Monte, a “*urbs* monstruosa” Cunha (1985, p.232), o objeto desta referência paradisíaca. Nota-se aí que Belo Monte não é visto como os arraiais milenaristas que eram tidos por seus habitantes como “pré-Jerusaléns, salas de espera espirituais onde se aguardava a entrada triunfal ‘na mais fértil das terras’, no reino miraculoso cheio de bênçãos para o corpo e para a alma” (LEVINE, 1995, p.331), mas como o espaço cujas lembranças remetiam para sua vida interna, a fartura que ali se alcançou, a ponto de até a natureza inclemente se render, fornecendo água e fertilizando a terra. A lembrança não é a de um bom lugar de aguardo, mas a de uma experiência que valeu viver!

## Uma Jerusalém vinda do alto

Mas se poderia contrapor a este tipo de testemunho (o de Ciriaco e os de tantos outros que poderiam ser aqui arrolados) o peso do tempo, e que as lembranças dos sobreviventes tenham sido reelaboradas em função do fracasso, da frustração, seja pela derrota, seja pelo milênio que não veio. Neste sentido, cabe recuperar depoimentos colhidos na época dos acontecimentos, durante o tempo de existência do arraial e no tempo da guerra em que ele foi aniquilado.

Mesmo os inimigos de Belo Monte e de sua gente não deixaram de perceber que o arraial trazia para seus habitantes perspectivas novas de vida, independente de possíveis expectativas quanto a milênio ou assemelhados. O testemunho de um combatente da quarta expedição, a despeito de sua linguagem quase sarcástica e do seu caráter fragmentário, é significativo. Entre expressões depreciativas quanto ao Conselheiro e sua gente encontram-se comentários como o seguinte: “[Os habitantes de Belo Monte] atribuíam também ao Conselheiro o poder de, através de suas orações, conseguir para todos a imortalidade. Assim sendo, Canudos seria a nova Jerusalém, do Apocalipse, já se vê” (VILLELA JUNIOR, 1997, p.107).

O militar não tem nenhuma boa vontade para com o Conselheiro, no entanto diz comunicar informações de um tio, que conhecera o Conselheiro anos antes da guerra. O que nos interessa aqui é que, de acordo com tal registro, para além de quaisquer dados pejorativos, na concepção dos habitantes de Belo Monte a nova Jerusalém não está ainda por vir, mas já se faz presente, já é vivida por quem ali vive. O fanatismo não reside em loucas esperanças, mas em viver em torno de um Conselheiro que resolveria todos os problemas, sendo então o arraial uma presentificação da Jerusalém que os milenaristas ansiosamente aguardam. O recurso à imagem de Jerusalém é significativo, e sua identificação com a experiência vivida em Belo Monte dá-lhe consistência maior.

## Refazendo a saga dos hebreus

No entanto, por mais significativa que se tenha apresentado, não parece ter sido a referência a Jerusalém a preferida da gente belomontense na caracterização daquilo que vivia. Testemunhos provenientes da própria gente sertaneja o indicam. É hora de considerá-los, ainda que rapidamente.

Parto de José Aras, morador da região e descendente de belomontenses, que sugere um paralelismo da maior importância entre dados da vida em Belo Monte e a história do povo hebreu registrada na Bíblia judaico-cristã: “Eu, naquela época [alguns anos após o massacre final] já conhecia alguma coisa do Antigo Testamento pelo que ouvia, e lembrava as comparações dos fanáticos: ‘o Conselheiro era Moisés (*sic*), o Vazabarrís (*sic*) seria o Nilo ou o mar Vermelho e o píncaro do Cocorobó era o monte Sinai’ ” (ARAS, 1953, p.149).

Não é difícil notar aí que o Belo Monte está associado com a terra prometida dos hebreus e por eles conquistada, e não com uma realidade a ser esperada. E dá surpreendente testemunho neste sentido o frei João Evangelista de Monte Marciano, no seu *Relatório* já mencionado. Os habitantes do Belo Monte, fanatizados segundo o missionário, se inspirariam nas descrições sedutoras feitas ao povo hebreu no Egito a respeito da terra que lhes era prometida: “Os aliciadores da seita se ocupam em persuadir o povo de que todo aquele que quiser se salvar precisa vir para os Canudos, porque nos outros lugares tudo está contaminado e perdido pela República; ali, porém, nem é preciso trabalhar; **é a terra da promessa, onde corre um rio de leite, e são de cuscuz de milho os barrancos**” (MARCIANO, 1983, p.5, grifo do autor).

As palavras falam por si próprias. Não é difícil notar o parentesco das expressões aí registradas com as do texto bíblico que descreve plástica e metaforicamente a terra prometida. Por exemplo, o livro do Êxodo se expressa da seguinte maneira, quando apresenta a fala de Javé a Moisés, instando-o a liderar o processo de libertação do povo eleito do poder do faraó egípcio: “Eu vi, eu vi a miséria do meu povo que está no Egito [...]. Por isso desci a fim de libertá-lo da mão dos egípcios, e para fazê-lo subir daquela terra a uma terra boa e vasta, **terra que mana leite e mel**[...]” (Ex 3,7-8, grifo meu). Esta passagem bíblica é particularmente significativa pelo fato de aparecer num contexto de anúncio de que a escravidão e a opressão do Egito estão para cessar, e o que se vislumbra é uma vida nova, em liberdade e fartura; e é preferencialmente neste contexto que surge a menção da “terra que mana leite e mel”. A terra belomontense, com rio de leite e barrancos de cuscuz, aparece no mesmo contraponto, agora com a terra seca, cercada em latifúndios, controlada por barões e coronéis.

E se se levantasse a objeção de que, mais uma vez, estaríamos diante de um testemunho externo, interessado em desclassificar Belo Monte, seria possível identificar em outra fonte o

mesmo testemunho, o que não deixa de ser surpreendente. Da boca de José Sabino da Costa, “de 73 anos em 1987”, residente em Acaru, povoado do município de Monte Santo, conhecedor de sobreviventes de Belo Monte. Em depoimento a Nelson de Araújo, estudioso da cultura popular da região, fala de “José Nicósio e Ana Josefa, pai e filha, seguidores de Antônio Conselheiro, procedentes de Itabaiana, em Sergipe, que passaram a viver no Acaru, assim que se delineou a sorte de Canudos”. Comentando por que ambos se transferiram para a aldeia do Conselheiro, José Sabino diz, numa linguagem que o pesquisador reconhece “rica em imagens”: “Canudos era (para eles) um rio de leite e uma parede de cuscuz” (ARAÚJO, 1988, p.46).

Euclides, portanto, não estaria errado quando reconhecia, mesmo com uma ponta de ironia, que para os sertanejos Belo Monte era a “terra da promessa”, a “Canaã sagrada” (CUNHA, 1985, p.235). A memória do êxodo sempre significou, por conta do próprio conteúdo de seu relato, a afirmação da viabilidade de alternativas ao mesmo tempo políticas e religiosas, ao mostrar a saga dos hebreus escapando do domínio aterrorizador do faraó egípcio com o apoio de Deus e a liderança de Moisés (SEVERINO CROATTO, 1981). E mesmo que este conteúdo de subversão e rebeldia tenha sido no correr do tempo interpretado pelas teologias e pregações principalmente numa perspectiva intimista, de salvação individual, entendida em descompromisso com o concreto da vida cotidiana, nem por isso perdeu de todo sua capacidade de interferência na história (OTTEN, 1993, p.94).

Uma última observação a respeito. Bastide, ao estudar o “fanatismo religioso” do seco sertão nordestino, sugere lucidamente que a religiosidade aí existente deve ser entendida como fruto de um sincretismo todo particular, em que o vaqueiro “retoma, por sua própria conta, e mistura-os, o mito da ‘Terra sem males’ do antepassado índio e a história do povo de Israel saindo do Egito em busca da ‘Terra da Promissão’, que é o mito do antepassado português” (BASTIDE, 1959, p.87). Belo Monte não terá sido uma das manifestações deste encontro, em que a promessa se viu realizada e tantos males, particularmente a fome, superados?

## Prédicas “para a salvação dos homens”

Um testemunho de um sobrevivente da guerra é-nos, novamente, fundamental. Trata-se de Honório Vilanova, em depoimento recolhido por Nertan Macedo. Ele nos indica mais claramente a alternativa de vida experimentada em Belo Monte, ao mesmo tempo no nível da sobrevivência e da religiosidade. Uma das lideranças do arraial, assim se expressa, do alto de seus noventa e sete anos, em 1962:

Recordações, moço? Grande era o Canudos do meu tempo. Quem tinha roça tratava de roça, na beira do rio. Quem tinha gado tratava do gado. Quem tinha mulher e filhos tratava da mulher e dos filhos. Quem gostava de reza ia rezar. De tudo se tratava porque a nenhum pertencia e era de todos, pequenos e grandes, na regra ensinada pelo Peregrino (MACEDO, 1983, p.67).

Quanto ao cotidiano da vida do arraial, o teor da fala de Honório não difere daquilo que ouvimos de Ciríaco ou dos “aliciadores da seita”, na expressão de frei João. O que chama a atenção aqui é a menção à “regra do Peregrino” que, segundo o depoente, tinha uma função claramente organizativa. Ela orientava o agir da gente belomontense, fazendo do arraial uma alternativa viável para milhares de pessoas. Bem que gostaríamos de saber em consistia tal “regra”. Na impossibilidade de termos absoluta certeza a seu respeito, cabe suspeitar. Afinal de contas, neste contexto, de organização da vida, de esperança de futuro melhor, de certeza de que o arraial é expressão de valores profundamente significativos e



propiciadores da experiência do céu vindo à terra, se inserem as prédicas atribuídas ou assumidas por Antonio Conselheiro, e contidas nos dois cadernos conhecidos que levam o seu nome. O desconhecimento delas antes até sua publicação permitiu a Euclides e tantos outros caracterizarem a mentalidade do Conselheiro como milenarista e insistirem em seu fanatismo e ignorância. O surpreendente é que este desconhecimento permaneça mesmo depois de pelo menos um destes cadernos ter sido publicado<sup>24</sup>.

Nas prédicas “subscritas”<sup>25</sup> pelo Conselheiro o tom não é apocalíptico, nem se delinea qualquer horizonte milenarista. Diferentemente disso, as páginas dos cadernos respiram esperança, sobriedade, exigências éticas. Salienta-se a gratuidade da ação de Deus, “as invenções do amor de nosso Deus para se fazer amar dos homens” (MACIEL, 1897, p.438), e a necessidade de corresponder a ela. A reflexão sobre Jesus destaca seu amor pela humanidade e sua busca de levá-la ao mesmo amor, não ao temor:

O Deus do Conselheiro é um Deus relacionado com a história dos homens, em relação concomitante com o mundo, o Deus da experiência cotidiana. A busca de Deus coincide com a busca do ser humano, a luta pela humanização do ser humano. Essa experiência de Deus, vivida pelo Conselheiro e transmitida aos seguidores, deve ter tido efeitos positivos por livrar as pessoas de angústias causadas pelo legalismo e pela costumeira pregação amedrontadora da Igreja. Daí o irresistível clima de alegria e liberdade que caracteriza a comunidade e exerce uma atração forte sobre todos quantos dela se aproximam [...] O Deus do Conselheiro fala diretamente ao homem, e lhe dá coragem de tomar a vida nas mãos e caminhar livremente, mesmo sabendo-se abandonado pelos poderes públicos (HOORNAERT, 1997, p.117).

Deve-se ainda ressaltar que as prédicas sugerem, particularmente no comentário aos dez mandamentos da lei de Moisés, uma ética a ordenar a vida do arraial, ao mesmo tempo em que preparam a salvação da alma. Assim, as prédicas, mais que apontar para um futuro misterioso, ameaçador e alvissareiro ao mesmo tempo, convocam para a responsabilidade histórica, para a construção da comunidade, para a solidariedade efetiva. As citações da Escritura, particularmente do Novo Testamento, apontam para a atenção aos pobres e esquecidos, o que não contradiz a convicção fundamental de que todos estão aqui de passagem, em peregrinação à pátria celeste; pelo contrário, os apelos referentes ao que hoje chamaríamos solidariedade, amor ao próximo ou assemelhados são colocados como imperativo a cuja obediência quem quiser se salvar não pode furtar-se.

Cabe ainda uma observação a respeito de um conjunto de dez prédicas, encontradas entre os *Apontamentos*[...], que versam sobre a história bíblica do êxodo, desde a vocação do Líder Moisés, passando pela travessia do deserto e a instalação na terra prometida. Nelas encontramos a dupla direção mencionada no tocante às reelaborações da memória do êxodo feitas no decorrer da história: a significação salvífica para os indivíduos (o poderoso “salvar a alma”, na voz do prisioneiro Agostinho) e a potencialidade forjadora de alternativas no âmbito da vida cotidiana, ao mesmo tempo nos âmbitos social e religioso.

<sup>24</sup>Veja nota 15. O caderno editado por Ataliba Nogueira em 1974 leva a data de 12 de janeiro de 1897, portanto já no contexto da guerra; o outro caderno, ainda inédito, é anterior, tem uma folha de rosto (com o título *Apontamentos dos preceitos da divina lei de Nosso Senhor Jesus Cristo, para a salvação dos homens*) (MACIEL, 1895), após uma transcrição, enigmáticamente interrompida, do Novo Testamento cristão, com a data de 24 de maio de 1895, três dias depois da partida abrupta dos missionários capuchinhos do arraial, a que já me referi. A despeito da prática prática de transcrição de textos religiosos ser muito comum à época, inclusive entre o clero, é conveniente e adequado abordar as prédicas presentes nestes cadernos como tendo sido assumidas por Antonio Conselheiro, que certamente realizou adições, ajustes ou cortes redacionais sobre as fontes literárias que terá utilizado. Assim, as prédicas podem ser tomadas como expressões do seu pensamento e da sua mentalidade, e do que propunha a seu séquito no Belo Monte. A análise de Alexandre Otten (“*Só Deus é grande*...”) é detalhada o suficiente para que se percebam distinções expressivas entre o pensamento “teológico” do Conselheiro e aquele ao veiculado mais comumente pela igreja católica do seu tempo. Sobre os *Apontamentos*[...] veja-se minha tese *Abrindo as portas do céu: apontamentos para a salvação, subscritos por Antonio Vicente Mendes Maciel* (2009).

<sup>25</sup> Este verbo é usado pelo Conselheiro na página de rosto do caderno publicado, expressando sua concordância e responsabilidade quanto ao seu conteúdo.



Assim, a “regra do Peregrino”, daquilo que posso suspeitar tenha sido seu conteúdo, também se apresentou concretamente para o estabelecimento de uma vila em que a convivência e a apropriação dos bens tivessem uma perspectiva mais coletiva, atraindo milhares de miseráveis e despossuídos, gestando uma alternativa viável enquanto a repressão militar, a mando das oligarquias regionais e posteriormente nacionais, não se manifestou.

## Considerações Finais

César Zama, político baiano, estava correto quando, ao criticar a violência a que foram submetidos os belomontenses, afirmava: “Nada de extraordinário se passava com Antônio Conselheiro e aqueles que o acompanhavam. Ninguém ignora que gênero de vida levavam os canudenses: plantavam, colhiam, criavam, edificavam e rezavam” (ZAMA, 1899, p.23). Mais razão teria certamente se levasse em conta o cenário mais amplo em que tudo isso se realizava: sem fazendeiros ou impostos. No entanto, salienta que o fator religioso, tão dominante em Belo Monte, não apenas fazia o arraial olhar para fora e além de si mesmo, mas particularmente o orientava em sua configuração interna e diferenciada. As orações se articulam com o trabalho em vistas da sobrevivência e para o erguimento do arraial como uma cidade acolhedora de quantos pretendessem viver a alternativa que lá se experimentava.

Daí cabe ressaltar alguns aspectos daquilo que aqui se procurou acentuar, a título de síntese. Sendo uma comunidade profundamente marcada pela influência dos referenciais cristãos, a consideração sobre os dados bíblicos subjacentes às manifestações e expressões da gente de Belo Monte e de seu líder reveste-se da maior significação. E o que se pode notar é que eles apontam quase nada para um milênio maravilhoso, mas principalmente para a promessa que pode ser aqui realizada e posteriormente prolongada. A ruptura com as situações de desigualdade, sofrimento e miséria contextuais e o deslocamento para Belo Monte tiveram motivações religiosas certamente, mas não primeiramente tendo em vista um milênio iminente, mas porque em torno do peregrino, agora instalado em um arraial, se criou uma comunidade de significativo compartilhamento dos compromissos em prol de uma vida solidariamente vivida, com os olhos voltados ao mesmo tempo para a vida cotidiana e para o céu.

Assim, a contestação de cunho social representada por movimentos como Belo Monte deve ser vista como ensaio de formas alternativas de convivência humana, não apenas como sinal de um futuro iminente, transformador do cosmos e das relações humanas e sociais. A recuperação, pela via do “ideário religioso” (OTTEN, 1993) da consciência da igualdade fundamental entre as pessoas, da justiça de Deus em favor dos pobres, que vem possibilitar o questionamento da exploração e da violência, se traduz em ensaios coletivos que se apresentam como alternativas viáveis de vida em convivência, em que a escassez e a penúria são administradas e se criam formas novas de apropriação dos bens, sejam os religiosos, sejam os sociais. A “loucura” vista nestes movimentos tem sua raiz fundamental aí, na subversão realizada e na alternativa viabilizada. Não estranham, portanto, os requintes de violência utilizados na sua dissolução, para que não sobre “pedra sobre pedra” (ZAMA, 1899, p.31). para usar a expressão bíblica recuperada por Prudente de Moraes, presidente brasileiro, para indicar o que exigia fosse o destino de Belo Monte.

Desta forma, qualquer explicação de cunho finalista, que aborde o arraial particularmente naquilo que ele não é ou tenha imaginado um dia tornar-se, por mais importante e significativa que seja, tende a desconsiderar os elementos do cotidiano, os dados corriqueiros, a labuta

do dia-a-dia, por isso não dá conta das questões que se colocam sobre a vida e a dinâmica que ali se dava, onde efetivamente se encontrava o seu diferencial e atrativo. Compreender Belo Monte a partir da chave exclusiva ou prioritariamente milenarista (e assemelhadas), e a conseqüente transformação da vila numa comunidade de eleitos aguardando a salvação nestes termos concebida, implica, quase inevitavelmente, desconsiderar aspectos como a organização social ali ensaiada, o comércio com regiões vizinhas, inclusive com direito a uma feira semanal no centro do arraial, o empenho em fazer do local uma habitação digna, em que muitos, depois de anos perambulando pelos sertões atrás de seu beato, haveriam finalmente de se estabelecer. Fixar-se num detalhe, muito provavelmente secundário em Belo Monte, embora certamente parte da cultura sertaneja nordestina, implica não perceber o que o arraial liderado pelo Conselheiro carregou em termos de originalidade religiosa e de vida: seus habitantes estavam cientes de estarem refazendo a saga dos hebreus que, quase três mil anos antes, haviam construído sua terra prometida. Aqui em versão “sertanizada”: em vez de mel, “barrancos de cuscuz”. As portas do céu seguramente se abririam a quem com ela se envolvesse.

## Referências

- ARAS, J. *Sangue de irmãos*. Salvador: Museu do Bendegó, 1953.
- ARAÚJO, N. *Pequenos mundos: um panorama da cultura popular na Bahia*. Salvador: UFBA, 1988, t.2.
- ARRUDA, J. *Canudos: messianismo e conflito social*. Fortaleza: UFC, 1993.
- BASTIDE, R. *Brasil, terra de contrastes*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1959.
- BENÍCIO, M. *O rei dos jagunços: crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- CALASANS, J. Canudos não-euclidiano. In: SAMPAIO NETO, J.A.V.; SERRÃO, M.B.M.; MELLO, M.L.H.; URURAHY, V.M.B. (Org.). *Canudos: subsídios para a sua reavaliação histórica*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986, p.1-21.
- CALASANS, J. *Quase biografias de jagunços: o séqüito de Antônio Conselheiro*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1986.
- CHAUÍ, M. Brasil: o mito fundador. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 mar. 2000. Caderno Mais, p.4-11.
- COHN, N. *Caos, cosmos e o mundo que virá: a origem das crenças no Apocalipse*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CUNHA, E. *Caderneta de campo*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- CUNHA, E. *Diário de uma expedição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Edição de Walnice Nogueira Galvão).
- CUNHA, E. *Os sertões*. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão).
- DELUMEAU, J. *Mil anos de felicidade: uma história do paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- DOBRORUKA, V. *Antônio Conselheiro: o beato endiabrado de Canudos*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1997.
- FERREIRA, H.R. Visões sobre Canudos. *Boletim do Departamento de Ciências Sociais das Faculdades Salesianas*, n.4, p.19-31, 1997.
- FIORIN, J.L. *A ilusão da liberdade discursiva: uma análise das prédicas de Antônio Conselheiro*. 1978. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1978.
- GUERRA, S. *Universos em confronto: Canudos x Bello Monte*. Salvador: Uneb, 2000.

- HOORNAERT, E. *Os anjos de Canudos: uma revisão histórica*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LANTERNARI, V. Milênio. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994, p.303-324.
- LEVINE, R. *O sertão prometido: o massacre de Canudos*. São Paulo: Edusp, 1995.
- MACEDO, N. *Memorial de Vilanova*. 2.ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1983.
- MACIEL, A.V.M. *Apontamentos dos preceitos da divina lei de nosso senhor Jesus Cristo, para a salvação dos homens*. Belo Monte: Manuscrito, 1895. (Transcrição em Vasconcellos, 2009, p.46-170).
- MACIEL, A.V.M. *Tempestades que se levantam no coração de Maria por ocasião do mistério da anunciação*. Belo Monte: Manuscrito, 1897. (Transcrição em Nogueira, 1997, p.57-197).
- MARCIANO, J.E.M. *Relatório apresentado, em 1895, pelo reverendo Frei João Evangelista de Monte Marciano, ao Arcebispado da Bahia, sobre Antonio Conselheiro e seu séqüito no arraial dos Canudos*. Salvador: Tipografia do Correio da Bahia, 1895. (Edição em fac-símile pelo Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1987).
- MONIZ, E. *Canudos: a guerra social*. 2.ed. Rio de Janeiro: Elo, 1987.
- MONTEIRO, D.T. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FAUSTO, B. (Org.). *História geral da civilização brasileira*. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. t.3, v.2, p.39-92.
- NOGUEIRA, A. *Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- OTTEN, A. *Só Deus é grande: a mensagem religiosa de Antônio Conselheiro*. São Paulo: Loyola, 1990.
- OTTEN, A. A influência do ideário religioso na construção da comunidade de Belo Monte. *Luso-Brazilian Review*, v.30, n.2, p.71-95, 1993.
- QUEIROZ, M.I.P. *O messianismo no Brasil e no mundo*. 2.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- RENAN, E. *Marc-Aurèle et la fin du monde antique*. 26.ed. Paris: Calmann-Lévy Éditeurs, 1929.
- SEVERINO CROATTO, J. *Êxodo: uma hermenêutica da liberdade*. São Paulo: Paulinas, 1981.
- TAVARES, O. *Canudos: cinquenta anos depois (1947)*. Salvador: Fundação Cultural do Estado, 1993.
- VASCONCELLOS, P.L. A vitória da vida: milênio e reinado em Apocalipse 20,1-10. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. n.34, p.79-92, 1999.
- VASCONCELLOS, P.L. *Terra das promessas, Jerusalém maldita: memórias bíblicas sobre Belo Monte/Canudos*. 2004. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.
- VASCONCELLOS, P.L. *Abrindo as portas do céu: apontamentos para a salvação, subscritos por Antonio Vicente Mendes Maciel*. 2009. Tese (Livre-docência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.
- VASCONCELLOS, P.L. *Do Belo Monte das promessas à Canudos destruída: o drama bíblico da Jerusalém do sertão*. Maceió: Catavento, 2010.
- VASCONCELLOS, P.L. Messianismo: problemas de um conceito. In: ARAGÃO, G.; Newton Cabral, Edênio Valle (Org.) *Para onde vão os estudos da religião no Brasil?* São Paulo: Anpctec, 2014a, p.121-138.
- VASCONCELLOS, P.L. *Missão de guerra: capuchinhos no Belo Monte de Antonio Conselheiro*. Maceió: Edufal, 2014b.
- VILLA, M.A. *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1995.
- VILLELA JÚNIOR, M.E.C. *Canudos: memórias de um combatente*. 2.ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 1997.
- ZAMA, C. *Libelo republicano acompanhado de comentários sobre a guerra de Canudos*. Salvador: Tipografia e Encadernação do Diário da Bahia, 1899. (Edição fac-símile pelo Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1989).